

A FRONTEIRA EM MEMÓRIAS

Patrimônio histórico & prática museal em Carolina-MA



Rafael de Oliveira Cruz

Universidade Federal do Tocantins

A extensão continental do território brasileiro abriga, ao mesmo tempo que esconde, uma grande variedade de riquezas naturais, culturais e históricas ignoradas pela maior parte dos habitantes do país. Um exemplo emblemático desse patrimônio em processo de descoberta é a cidade de Carolina, que tem cerca de 23 mil moradores, localizada na mesorregião Sul do Maranhão, às margens do Rio Tocantins. Desde o final da década de 80, vários grupos de pessoas, ligadas tanto a iniciativas públicas quanto privadas, tem investido na transformação do município em um polo turístico, o que é uma realidade atualmente, tendo sido consolidada após a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE) pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), em parte como consequência do intenso movimento provocado na região devido à construção da barragem, inaugurada em 2012.

Uma das medidas compensatórias impostas pelo Projeto Básico Ambiental (PBA), elaborado pelo Governo Federal, foi a exigência de investimentos em projetos sociais propostos pelas comunidades atingidas pelo empreendimento. Um desses projetos, financiado pelo Investimento Social Estreito (ISE), foi o Museu Histórico de Carolina (MHC). No entanto, para compreender minimamente a relevância da criação dessa instituição para o contexto dessa pequena cidade sertaneja do Sul do Maranhão, é preciso entender do seu reconhecido patrimônio paisagístico, histórico e cultural.

Metodologia

Para que seja possível apresentar uma representação do cenário social que permite a existência do MHC, é preciso um diálogo interdisciplinar entre várias ciências humanas, como a Sociologia, a História, a Museologia, a Geografia e, com maior ênfase nesta pesquisa, a Antropologia. Utilizando o método da *observação direta*, a fim de produzir uma escrita de cunho etnográfico (Rocha e Eckert 2013), foram realizadas visitas ao museu e à área do centro histórico, localizado na Praça Getúlio Vargas (ou Rua Grande), com mais de 50 imóveis tombados pelo Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP-MA), em 1993. Além disso, foi consultada bibliografia regionalista que aborda o legado cultural do município de Carolina.

Esta pesquisa é tributária das experiências de trabalho que vivenciei no período de 2004 a 2011. Primeiro como colaborador de um extinto jornal impresso sediado em Carolina, tive a oportunidade de conhecer obras, pesquisadores e autores que tinham por tema a cultura sul-maranhense. Em seguida, como mobilizador social, atuei junto com a equipe que participou da execução do programa de comunicação social da UHE-Estreito, levando informações relevantes à população das zonas urbana e rural dos 12 municípios impactados¹ pelo enchimento do reservatório da barragem. Minha percepção desse cenário está intimamente ligada a esse período de contanto intenso com pessoas e lugares dessa região. Some-se a isso o fato de que sou natural de Carolina, estudando e trabalhando numa cidade que também está às margens do Rio Tocantins, Tocantinópolis-TO. Foi no contexto da disciplina “Cultura, Política e Patrimônio”, no curso de Ciências Sociais da UFT, que percebi a possibilidade de pesquisar sobre o tema a partir da minha experiência particular e de materiais que mantive em arquivo pessoal.

Referencial Teórico

Um conceito essencial para entender esse cenário é o de “*fronteira*”, que, de acordo com Ulf Hannerz, seria o de uma zona de interstícios, de transições graduais de características distintas entre si (Hannerz 1997). No aspecto geográfico, a região onde

¹ No estado do Maranhão: Carolina e Estreito; no estado do Tocantins: Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Goiatins, Filadélfia, Itapiratins, Palmeiras, Palmeirante e Tupiratins.

encontra-se o município de Carolina tem como paisagem predominante o Cerrado, com vários morros que compõe a Chapada das Mesas, área de preservação de um Parque Nacional que abriga as nascentes dos muitos rios visitados pelos turistas de várias regiões do país que vêm desfrutar de suas famosas cachoeiras. No entanto, principalmente próximo ao Rio Tocantins, árvores mais altas podem ser encontradas, como a Mata de Cocais, onde são abundantes os babaçuais (Brasil 2006). A região conta com uma população de grande diversidade étnica, extremamente miscigenada, descendente de brancos, negros, indígenas e pardos dos mais variados matizes. O sotaque das pessoas é muito similar ao típico nordestino, no entanto, a vivência cheia de dificuldades está longe das penúrias do semiárido, mas mais relacionada a desastrosos (re)arranjos socioeconômicos e reminiscências do coronelismo que dominam a política e as relações interpessoais dessa localidade. Essa constatação nos remete às considerações do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior sobre a artificialidade do recorte geográfico que identifica e diferencia a região Nordeste das demais (Albuquerque Júnior 2011). Importante destacar também que Carolina foi motivo de litígio entre as províncias do Maranhão e do Goiás decidido em 1859 na Corte Imperial, após eficiente defesa realizada pelo deputado Cândido Almeida, a qual veio definir o Rio Tocantins e o Rio Manuel Alves Grande como as divisas entre os territórios, estabelecendo Carolina como um município maranhense (Almeida 2007). A data em que é comemorado o aniversário da cidade, 8 de julho, é uma referência a esse evento, que marcou a mentalidade local de tal forma que até hoje os habitantes do município têm dificuldade de precisar a idade de Carolina² (Cruz 2019).

Outro conceito importante para esta pesquisa foi o de “*memória coletiva*” de Maurice Halbwachs, entendido por esse autor como aquela compartilhada por um determinado grupo de pessoas e que permite que seus membros usem essa experiência social como referência para a memória individual (Halbwachs 2006). Sendo a expressão “Unindo Memórias” o lema do Museu Histórico de Carolina, discutimos sobre a possibilidade desse artifício, percebendo que existe uma autoria no discurso historiográfico e museológico que se vincula a um

² Através de sua página no Facebook, o MHC publicou postagens explicando a diferença entre a data de fundação (1809) e a de emancipação do município (1859). Na praça da Alípio de Carvalho há um monumento comemorativo do bicentenário com uma placa ilustrativa sobre esse assunto.

determinado grupo social do município. Trata-se justamente dos intelectuais originados das famílias tradicionais da cidade, descendentes da elite que viveu durante o apogeu econômico regional que Carolina vivenciou durante o período em que o comércio fluvial pelo Rio Tocantins ligava as cidades ribeirinhas do Alto Sertão do interior maranhense e, naquele momento, goiano à capital paraense, Belém (Flores 2009). No intervalo de tempo entre as décadas de 1930 e 1970, Carolina teve uma importância regional similar ao que hoje ostentam as cidades de Imperatriz-MA e Araguaína-TO, justificada pela existência da primeira hidrelétrica construída na Amazônia, três cinemas, aeroporto bem equipado e com conexões regulares para o Rio de Janeiro, fábricas, escolas de renome, jornais impressos, hospital, concessionária de veículos automotivos, etc. Tudo isso desapareceria gradativamente após a inauguração da rodovia Belém-Brasília (BR-010), mudança à qual as elites econômicas não conseguiram se adaptar (Reis e Pereira 2007). Os vestígios arquitetônicos dessa época permanecem como um lembrete constante de um passado que desperta sentimentos ambíguos, que inspiram alcunhas e apelidos para a cidade de Carolina, sendo “A Terra do Já Teve” o mais repetido deles.

Considerações sobre o campo

O Museu Histórico de Carolina funciona com um repositório de outra parte dessa memória: os objetos representativos dessa Era de Ouro da cidade, as relíquias familiares coletadas pelos organizadores do MHC, que planejaram exposições temáticas permanentes e temporárias, as quais ordenam a dinâmica museológica da instituição. Tendo caráter privado, administrado pela ONG Carolina Via Verde, a qual recebeu assessoria da sede do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em Brasília (DF), o museu apresenta suas exposições com o uso ostensivo de painéis explicativos contendo imagens, fotos e legendas bilíngues (em inglês e português) que conduzem os visitantes pela história cultural do município. O primeiro desses painéis é dedicado à trajetória do município, contido numa periodização histórica que se insere no cenário nacional a partir de sua constituição política, indo do Período Colonial, passando pelo Imperial até chegar ao Republicano. Ali encontramos a origem do nome da cidade, em homenagem à primeira imperatriz do Brasil, Dona Leopoldina, e o papel fundamental da frente de colonização pastoril que partiu da Bahia, mais especificamente da Casa da Torre, para a fundação

do município. Nesse painel também são apresentados os povos originários, os primeiros habitantes do território, as etnias Krahô e Macamecran, as quais foram deslocadas compulsoriamente para reservas no atual Estado do Tocantins.

As demais exposições apresentam temas específicos, como o trabalho da imprensa do município, a vida escolar, o transporte aéreo e fluvial, a Hidrelétrica do Itapecuruzinho, os cinemas, os vaqueiros e a vida sertaneja, etc. Salta aos olhos o destaque que o museu dá a esse período do apogeu carolinense, quando o município possuía hegemonia regional. Todos os itens dessas exposições têm origem em doações, a maioria realizada pelas famílias abastadas da cidade, que tinham condições e interesse de preservar objetos de valor afetivo e que remetiam aos seus queridos antepassados.

Esse evidente recorte historiográfico deixa clara tanto a origem social de seus autores quanto as lacunas em sua narrativa. A primeira delas é ausência ou silêncio sobre o tema da escravidão, que na verdade é um problema comum da historiografia sul-maranhense, sendo uma exceção os relatórios produzidos por um militar português que liderou a primeira comitiva designada para estabelecer os limites entre as províncias do Maranhão e, naquele momento, do Goiás, no ano de 1815. Essa fonte primária foi republicada na íntegra e com atualização ortográfica pelos falecidos pesquisadores Adalberto Franklin e João Renôr, ambos integrantes da Academia Imperatrizense de Letras (AIL), sob o título de *“Francisco de Paula Ribeiro: Desbravador dos Sertões de Pastos Bons”*, em 2005. Neste livro, somos informados sobre o genocídio e a escravização dos indígenas que habitavam a região que hoje conhecemos como sendo o Sul do Maranhão (Franklin e Carvalho 2007). Outra pesquisa que traz evidência da existência da escravidão em Carolina foi realizada pela antropóloga Rita de Cássia Domingues Lopes, que, ao investigar as origens de uma comunidade de descendentes de quilombolas em Araguatins-TO, encontrou literatura e documentação cartorial que comprovam que oito (8) pessoas negras escravizadas foram tomadas como pagamento de dívida e encaminhadas de Carolina para a então Vila de São Vicente, há mais de 150 anos (Lopes 2019).

Outra ausência foi percebida em uma exposição sobre as mudanças na paisagem urbana de Carolina, que não mencionava o fato que a cidade havia sido uma das mais afetadas pelo enchimento do reservatório da UHE-Estreito. Prova deste acontecimento foi a necessidade de reconstrução de cinco pontes

que fazem a ligação entre os bairros da cidade, além de várias na zona rural. Fica a indagação sobre uma possível influência do maior financiador do museu, no caso o consórcio que construiu a barragem, nesta lacuna de relevância significativa, considerando que milhares de pessoas foram impactadas direta e indiretamente por esse empreendimento.

Considerações finais

Mesmo com essas limitações, é inegável a contribuição do Museu Histórico de Carolina para a promoção e visibilidade da cultura regional, objetivo declarado dos organizadores da entidade. Mediante prévio agendamento das escolas, os estudantes do município têm acesso gratuito às exposições com visita guiada, experiência que oferece uma oportunidade única de um contato com a história local e a atividade museológica. Considerando a inexistência de materiais didáticos e políticas públicas que abordem essa temática na maioria absoluta das cidades interioranas maranhenses, a comunidade carolinense pode se considerar privilegiada ao dispor de uma instituição que permite e promove a preservação e divulgação de sua cultura.

O Museu Histórico de Carolina se apresenta como um elemento que surge do dinâmico e complexo cenário social da região Sul do Maranhão, vista desde sempre como uma fronteira de expansão de interesses econômicos, com fartos recursos naturais e humanos, situação que expõe as contradições intrínsecas do desenvolvimento urbano do interior do Brasil, que desde sempre pressiona o meio ambiente e as comunidades tradicionais (Pereira 2016). Considerando o conceito de “museu”³ estabelecido pelo ICOM⁴ e seguido pelo IBRAM, o MHC abre oportunidades de construção do conhecimento sobre os vínculos entre passado e presente, construção de identidades

³ “De acordo com a lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus, ‘Considera-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos de coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento’”. Disponível em <museus.gov.br/os-museus/o-que-e-museu/> Acesso em 23 de maio 2020.

⁴ “International Council of Museuns” (Conselho Internacional de Museus)

regionais e a preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico nacional.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. 2011 *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo: Cortez.
- ALMEIDA, Cândido Mendes de. 2007. *A Carolina ou a definitiva fixação de limites entre as províncias do Maranhão e de Goiás*. Imperatriz: Ética.
- BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2006. *Tocantins-Araguaia: caderno da região hidrográfica*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/161/_publicacao/161_publicacao02032011035943.pdf> Acesso em: 04 fev. 2019.
- CRUZ, Rafael de Oliveira. 2019. “*Memorial da Fronteira*”: *O Museu Histórico de Carolina e o cenário social carolinense*. Monografia de Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Tocantins, Tocantinópolis.
- FLORES, Kátia Maia. 2009. *Caminhos que Andam: O Rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil*. Goiânia: Ed. UCG.
- FRANKLIM, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. 2005. *Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons – A Base Geográfica e Humana do Sul do Maranhão*. Imperatriz: Ética.
- HALBWACHS, Maurice. 2006. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro.
- HANNERZ, Ulf. 1997. "Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-chave da Antropologia Transnacional". *Mana* 3(1): 7-39.
- LOPES, Rita de Cássia. 2019. *Identidade e territorialidade na comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente na região do Bico do Papagaio – Tocantins*. Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- PEREIRA, Jaciene. 2015. *O atual modelo energético e a gestão ambiental no Brasil: Uma análise do caso a partir do caso da UHE-Estreito e os impactos socioambientais em Carolina-MA*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão.

- REIS, Alda Almeida Miranda; PEREIRA, Maria Rita Brandão. 2007. *Carolina: Apogeu, Declínio e Ressurgência*. Imperatriz: Ética
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. 2013. "Etnografia da e na cidade, saberes e práticas". In: *Antropologia da e na cidade, interpretação sobre as formas de vida urbana*. Porto Alegre: Marcavívisual.